

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Leia a íntegra da entrevista de Gleisi Hoffmann na Gazeta do Povo desta quarta-feira

31/08/2010

“Precisamos ter coisas que nos unam”

Entrevista com Gleisi Hoffmann, candidata ao Senado pelo PT

André Gonçalves e Carlos Eduardo Vicelli

Gleisi Hoffmann (PT) abriu ontem a série de entrevistas promovida pela Gazeta do Povo com os principais candidatos ao Senado. Em 50 minutos de sabatina, a petista não fugiu de temas polêmicos. Criticou a falta de sintonia entre as lideranças do estado e prometeu ser mediadora para garantir mais recursos federais. Falou ainda do jogo de empurra que marcou a formalização da aliança com PMDB e PDT no Paraná e da opção de não ter saído a vice de Osmar Dias.

A senhora nunca ocupou um cargo legislativo, ao contrário de seus principais concorrentes. Como pretende compensar essa falta de experiência em relação aos adversários?

Não me vejo menos experiente por não ter ocupado um cargo no Legislativo. Meu currículo tem um boa caminhada na vida pública. Fui por quase sete anos assessora do Congresso Nacional, secretária de estado no Mato Grosso do Sul, secretária de gestão pública em Londrina, integrei o governo de transição do presidente Lula... Não disputaria um cargo em que não me sentisse em condições. A desvantagem talvez seja o recall, o conhecimento que o eleitorado tem dessas pessoas por terem sido mais expostas.

Em fevereiro deste ano, o então governador Roberto Requião acusou o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) de tentar superfaturar a obra de construção de um ramal da Ferroeste, entre Ipiranga e Guarapuava. Como é dividir a chapa com um candidato que fez uma acusação tão grave contra o seu marido?

Foi uma acusação infeliz e leviana, que está se resolvendo no foro judicial. A coligação que nós fizemos não é pessoal, é partidária. É o PMDB que está sendo representado na chapa nacional

pelo Michel Temer. Temos uma relação política na chapa. Eu acho que essa infelicidade praticada pelo governador não poderia barrar um projeto político maior que nós estamos construindo, que é dar sustentação à candidatura da Dilma e ter um projeto aqui no Paraná alinhado a esse governo.

O senador Osmar Dias insistiu até o último momento para que a senhora fosse candidata a vice. A negociação para a formação da chapa entre PT e PDT durou mais de um ano e foi cheia de brigas e intrigas. A união é ideológica ou só de ocasião para unir mais forças?

Não foi uma decisão minha [sair para o Senado]. Quando começamos a discutir com a direção nacional do PT a eleição de 2010, ficou claro que o centro das eleições era a sucessão do presidente Lula, eleger a Dilma presidente do Brasil. Então todos os esforços em relação às alianças tinham esse foco. A outra orientação era para fortalecer o Congresso Nacional. Em um comício aqui em Curitiba o presidente Lula disse que não desejava a Dilma o Senado que ele teve. Como tive uma votação considerável em 2006, a direção decidiu que eu deveria ser candidata a senadora. Em relação ao Osmar, ele falava muito da questão de vice, mas também colocava que queria uma aliança com o PMDB, uma coligação forte que desse estrutura partidária e tempo de televisão.

Mesmo assim o Osmar tem se queixado do pouco empenho do PT da eleição.

O PT está muito empenhado na candidatura do Osmar. O segundo comício que o presidente Lula fez no Brasil foi aqui em Curitiba. Uma das primeiras pessoas para quem o presidente gravou foi o Osmar Dias. O presidente vai estar aqui amanhã [hoje] de novo, em Foz do Iguaçu. E deve retornar antes do final da eleição. O Paraná é um dos estados prioritários e nós queremos ganhar as eleições com o Osmar. Nunca o PT fez corpo mole. Estamos juntos.

O seu primeiro suplente, Sérgio Souza, foi indicação do governador Orlando Pessuti (PMDB) e tem pouquíssimos laços políticos com a senhora. A escolha não deveria ser mais alinhada com o seu pensamento para evitar que haja alguma distorção caso tenha de se afastar do cargo?

Definição de suplentes é como o vice, depende da coligação. É um grupo só. Respeito a candidatura do Sérgio, uma indicação do governador Pessuti, mas não pretendo deixar o Senado.

Não é que eu não quero que o Sérgio assuma, mas vou cumprir o meu mandato.

Por que o PT nunca conseguiu se firmar como um grande partido no estado? Como avalia o fato de o partido ter se transformado em um aliado periférico do PMDB no Paraná?

É um conjunto de situações que levaram a gente a não ter um cargo no Palácio Iguaçu, mas é preciso dizer que administramos cidades importantes como Londrina e Ponta Grossa. Há, por parte da sociedade paranaense, um pré-conceito, uma pré-disposição em não votar no PT. Nós temos um perfil de estado mais conservador na concepção política. O Paraná não gosta muito de arriscar, de inovar. Isso fez com que o PT tivesse mais dificuldade para romper barreiras, ocupar espaço. E é claro que a aliança com o PMDB pode ter influenciado. A figura do Requião é forte, e isso impactou nas lideranças.

Mais de cem escândalos marcaram o Congresso Nacional no ano passado, a maioria deles ligados à gestão de José Sarney na presidência do Senado. Em muitos momentos, a posição do PT foi ambígua. O partido foi, por exemplo, favorável ao arquivamento sumário de 11 denúncias contra Sarney no Conselho de Ética. Flávio Arns e Marina Silva pediram para deixar o partido por isso. Como pretende se comportar nesses casos?

Eu não sairia do PT. Acredito no programa do partido, que tem dado uma grande contribuição ao país. Defendo uma apuração rigorosa, como defendi na época do mensalão. É muito ruim o que acontece no Congresso, mas nós não podemos responder pela história ruim que o Brasil gerou até agora. Todo mundo queria que se fizesse justiça naquele momento. Aí tira o Sarney e vai colocar quem? O chefe da oposição? Que vai impedir que todos os projetos que podem melhorar a vida do povo brasileiro? Tem de investigar o Sarney, mas naquele momento o que estava em risco era a direção do Congresso Nacional, a direção do Senado.

Em relação ao Flávio Arns?

É um posicionamento dele que eu respeito.

Vale a pena deixar casos sem investigação pela governabilidade?

Não foi só o PT que não quis tirar o Sarney.

Mas o governo atuou forte nessa negociação.

Atuou forte, mas se o governo largasse não sei se adiantaria. Vai perguntar para a bancada do PMDB, perguntar para os outros senadores. Nós também temos o corporativismo. Eu acho que isso é importante vocês analisarem. Tem senador que está lá há 30 anos, com relações pessoais e corporativas cristalizadas. Não acho que tudo valha pela governabilidade.

Queríamos que a senhora nos detalhasse um pouco mais a sua proposta para aposentadoria de donas de casa e de que forma ele não prejudicaria a Previdência Social.

O importante é dizer que já temos a aposentadoria simplificada, que dá direito à dona de casa de contribuir. Ela não podia fazer isso antes, porque não existia um sistema. Então muitas mulheres ficaram sem contribuir, embora tivessem condições. Se ela quiser contribuir, vai contribuir por 15 anos, que é um tempo menor, vai pagar a metade do que se paga na contribuição normal [em torno de R\$ 53,00] e aos 60 anos ela se aposenta. Isso é importante porque no primeiro ano de contribuição ela já tem direito a uma série de benefícios – aposentadoria por invalidez, auxílio-saúde, licença-maternidade, pensão por morte. O que a gente está buscando: temos uma faixa de mulheres que hoje tem por volta de 60 anos e que gostariam de contribuir e ter a previdência. Mas vão ficar 15 anos contribuindo e se aposentar com 75 anos? Não é justo. O que eu quero propor: que essas mulheres possam se aposentar aos 60 anos e que elas paguem a Previdência a partir dos 60 anos. Está na hora da sociedade reconhecer isso. E reconhecer financeiramente. Numa sociedade capitalista como a nossa o único reconhecimento que vale é o financeiro.

A pior derrota do presidente Lula no Legislativo foi a votação que derrubou a CPMF, em 2007, no Senado. O Congresso ainda discute um novo imposto similar, que é a Contribuição Social para a Saúde. A senhora é favorável à criação de um novo imposto?

Só se justifica a criação desse novo imposto dentro de uma reforma tributária. A CPMF morreu, não há justificativa para recriá-la. Se estivesse lá, possivelmente teria votado com o governo, porque ela já existia. Mas agora ela foi vencida, a sociedade conseguiu se mobilizar para isso, e então não se justifica trazer ela de volta.

A senhora vê alguma chance de se fazer uma reforma tributária?

Só se tiver uma constituinte revisora exclusiva.

A senhora tem dito que o Senado não é um lugar de oposição. Isso não tornaria os senadores meros despachantes do governo?

Quando eu falo em oposição eu falo em oposição sistemática. Tem vários senadores que sobem diuturnamente no plenário para falar contra o governo. Para eles, tudo que o governo faz não presta.

Mas o PT também fez uma oposição assim.

Fez e eu espero que o PT hoje tenha consciência de que não é o papel mais acertado a se fazer. O Senado não é a Câmara, você não é eleito para representar uma parcela da população ou um movimento. Você entra representando o conjunto da população do estado. Você é quase como um embaixador do estado em Brasília. Não quer dizer que tenha que votar sempre com o governo. Por exemplo, na política macroeconômica, defendo o que o Lula está defendendo. Ninguém vai ter surpresa comigo no Congresso. No Paraná, a gente vem tendo historicamente um comportamento mais de oposição – com raras exceções. Eu acho que isso tem prejudicado a interlocução. Fica cada um jogando para um lado. E aí a gente vê matéria sobre execução do orçamento da União que aponta que o Paraná está na lanterna. Está na lanterna por quê? Por que é um problema do governo federal? É um problema da nossa organização interna, de nós nos colocarmos, brigarmos, de chegarmos lá e dizermos o que queremos. Mas agora, é “nós” o governador, a bancada federal. Temos que ter mediação. Não é que não vamos ter críticas. Precisamos ter coisas que nos unam.